



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATA TRF2 1301046

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO BIMESTRAL DO COMITÊ REGIONAL POP RUA JUD - RIO.

Aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2025, à hora designada, por meio do Sistema Zoom, a **Juíza Federal Valéria Caldi Magalhães** declarou aberta esta videoconferência.

Iniciada a videoconferência, constam presentes:

- Juíza Federal Dra. Valéria Caldi Magalhães – representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2);
- Juíza Federal Dra. Ana Carolina Vieira de Carvalho – representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2);
- Defensora Pública Estadual Dra. Cristiane Xavier de Souza – representante da Defensoria Pública do Estado (DPE);
- Procuradora da República Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta – representante do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (MPF/PRDC-RJ);
- Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes – representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ);
- Sra. Fernanda Cristina Gomes – representante do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ);
- Sra. Cláudia Simões – representante da Fundação Leão XIII;
- Sra. Fabiana Baraldo Gomes Antunes – representante da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ);
- Sr. Paulo Pontes – representante da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ);
- Sr. Luis Eduardo Sixel – representante da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ);
- Sra. Renata Bérenger S. de Almeida – servidora do Núcleo de Justiça Federal Itinerante da 2ª Região (NJFI2/TRF2);
- Sra. Anelise Medeiros Alves da Costa Rodrigues – servidora do Núcleo de Justiça Federal Itinerante da 2ª Região (NJFI2/TRF2);
- Sr. Matheus Henrique Cruz Macedo – servidor do Núcleo de Justiça Federal Itinerante da 2ª Região (NJFI2/TRF2).

Dra. Valéria inicia a reunião propondo que seja lembrado o que foi debatido na última reunião e que se colem as novas demandas que surgiram nesse período. Dra. Valéria menciona a presença de um novo representante do Ministério Público do Estado e que a presença do MP é um exemplo de que se precisa unir todos os esforços em prol da causa. Dra. Valéria anuncia a pauta: i) breve avaliação do Mutirão PopRua realizado em agosto; ii) retomada de pontos pendentes da última reunião, como a dificuldade na emissão das certidões e os prazos de validade; iii) atualização sobre os subgrupos, inclusive o de capacitação, no qual se deseja fazer uma capacitação conjunta com a Guarda Municipal.

Dra. Cristiane Xavier é a primeira a se manifestar, ressaltando que seja feito o acompanhamento do andamento da ação de cobrança da implementação da ADPF no Estado do Rio de Janeiro e que, a cada reunião, seria interessante ter o conhecimento do andamento da ação bem como de quais são as dificuldades que vêm sendo encontradas.

Dra. Cristiane Xavier diz também que a ACP, ajuizada pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União, caiu na 35ª Vara e teve uma audiência marcada para o dia 23 de outubro. Menciona que o despacho mandou intimar todos os interessados, inclusive pessoalmente os Secretários e o Prefeito, e que a União se manifestou, migrando para o polo ativo.

Dra. Cristiane relata que é necessário tentar construir algo do que já determinado pela ADPF, ressaltando a violência sofrida pela população em situação de rua, sobretudo com a retirada dos seus documentos, citando o caso de uma pessoa em Ipanema que teve os documentos apreendidos.

Dra. Cristiane relata o recebimento contínuo de denúncias de maus-tratos em equipamentos de assistência social. Menciona ter gravado um vídeo no qual questiona a presença da assistência social no acolhimento das pessoas em situação de rua. Em seguida, aborda a questão da capacitação e da manutenção das práticas, lembrando que o ex-secretário foi realocado para a guarda municipal armada, mas as práticas e os problemas persistem, ressaltando que o próprio prefeito teria reconhecido a falta de habilidade do ex-secretário para lidar com a população de rua.

Dra. Cristiane prossegue enfatizando a necessidade de diálogo intersetorial, afirmando que as instituições devem formar uma frente comum para garantir que as ações propostas atinjam efeitos concretos. Seguindo sua fala, noticia a criação de uma nova Secretaria da Cidadania e Família, a qual possui um "condão de plataforma evangélica" e aponta que ela serve a interesses eleitorais, visto que o prefeito será candidato a governador. Esta nova secretaria estaria exercendo funções anteriormente ligadas à assistência social, cujo orçamento não está sendo implementado, afirmando que o grupo não compactuará com essa política e que o escopo de atuação permanece sendo a população em situação de rua.

Dra. Cristiane dá sequência a sua fala expressando preocupação com a prática de "distribuição de procedimentos por desacato e resistência" para a população em situação de rua que recusa o acolhimento, relatando ter observado que, ao serem abordadas por até trinta agentes, essas pessoas são intimidadas e reagem, o que resulta em prisão e acusações, ressaltando que a intimidação dessas pessoas é inaceitável.

Continuando sua fala, Dra. Cristiane resume seus pontos de preocupação em dois eixos: a conduta repressiva da segurança pública e o "apagamento" da assistência social devido à não implementação do orçamento.

Em relação à habitação, a Dra. Cristiane destaca a importância da audiência pública na ALERJ no dia 30, focando no que está sendo planejado nos programas "Minha Casa, Minha Vida" e "Ruas Visíveis". Ela observa que, passados 17 meses desde a assinatura do "Ruas Visíveis" pelo Rio de Janeiro, nada foi implementado.

Dra. Ana Carolina complementa a discussão sobre habitação. Ela informa que o Comitê Nacional já oficiou o Ministério das Cidades para obter detalhes sobre a implementação do "Minha Casa, Minha Vida" e a garantia da reserva de 3% das unidades para pessoas em situação de rua. Propõe, então, que o Comitê envie ofícios para os municípios da região metropolitana com maior número de PSR (Rio de Janeiro, Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Niterói) questionando se há previsão de construção a curto e médio prazo de unidades para as PSR e como estão se preparando para estabelecer os critérios e levantamentos necessários para cumprir a cota de 3% prevista na lei.

Dra. Cristiane considera as propostas importantes e adiciona um terceiro ponto de ação: o CIAMP-RUA (Conselho Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua). Informa que o Estado do Rio de Janeiro está mais avançado do que o Município na criação do Conselho, mas que ele ainda não foi instituído devido a modificações no decreto. Ela defende que é fundamental fomentar a implementação do CIAMP antes das eleições. Dessa forma, propõe que o Comitê também officie a Secretaria de Estado sobre o CIAMP-RUA estadual.

Dra. Valéria confirma que todas as propostas são relevantes e lembra que há uma

obrigação da Resolução do CNJ de acompanhar as ações de interesse dessa população, em especial a constituição do CIAMP, que é uma determinação da liminar da ADPF. Afirmar que a ata registrará como encaminhamento formal a expedição de ofícios para acompanhar o andamento das ações de habitação (Minha Casa, Minha Vida e Ruas Visíveis), obter informações dos municípios da região metropolitana sobre o atendimento da cota de 3% para habitação e solicitar informações ao Estado sobre as medidas para a constituição do CIAMP-RUA.

Dra. Valéria avança sobre a questão da segurança pública em relação às pessoas em situação de rua, relatando que o Comitê já estava em tratativas com o então inspetor da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, Sr. Ricardo, porém este saiu do comando da GM-Rio e que vem tentando manter contato com a SEOP para que ela se faça representar no Comitê.

Dra. Valéria menciona que foi criado um subgrupo do Comitê para iniciar um projeto de capacitação dos agentes da Polícia Penal, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho em parceria com a Guarda Municipal visando ao avanço posterior desta capacitação para outras áreas.

Dra. Valéria retoma o tema da implementação do orçamento para a política de assistência social, levantado anteriormente pela Dra. Cristiane. Ela informa que a Dra. Carina, da Justiça do Trabalho, enviou uma mensagem sugerindo que o grupo pense em uma estratégia específica de acompanhamento para a execução desta política, focando na união de esforços dos MPs e das Defensorias. O objetivo seria que essas instituições atuassem em conjunto para acompanhar e garantir a aplicação correta e efetiva do orçamento destinado à assistência social. Dra. Valéria conclui perguntando aos participantes se já existe alguma estratégia de acompanhamento interinstitucional em mente para tratar deste ponto crucial.

Dr. Tiago Gonçalves, representante do Ministério Público Estadual, se apresenta e esclarece que o Procurador Geral do MPRJ criou um grupo dentro do Ministério Público, um GT de atenção à população em situação de rua. Esse GT não tem atividade fim, não presta auxílio consentido aos promotores naturais. Trata-se de um grupo intrainstitucional, cujo objetivo é colher informações dentro do Ministério Público, evidências científicas e o que existe dentro de cada município para tentar propor ao promotor natural uma solução customizada, de maneira que os comandos da ADPF sejam atendidos. Outro objetivo do grupo é a entrega mais detalhada da legislação municipal, da legislação estadual e dos atos normativos que tratam das políticas públicas setoriais de proteção à população em situação de rua para os promotores. Dessa forma, o objetivo final do GT é subsidiar os promotores que trabalham neste setor com um kit de atuação para a proteção da população em situação de rua, seja com recomendação, com modelos de TAC ou de ação civil pública. Sobre a questão da análise orçamentária, Dr. Tiago alega que já foi feita uma encomenda para que haja essa análise não só da assistência social, mas também de outras áreas que possam de alguma forma atender a população em situação de rua, encaminhando, ao final, estes relatórios aos promotores a fim de que estes atuem dentro de suas atribuições institucionais.

Dra. Ana questiona o Dr. Thiago sobre o andamento dos estudos em curso, se há um cronograma de entrega claro e uma previsão para a conclusão de todos os trabalhos.

Em resposta, Dr. Tiago informa que não há uma previsão de entrega definida para os estudos. Ele classifica a situação como um “problema estrutural”, esclarecendo que o processo adotado é o de “pequenas entregas” conforme os materiais e estudos forem sendo construídos.

Dra. Cristiane pergunta se, em relação ao Rio de Janeiro, essa atuação concreta seria de responsabilidade da Dra. Marcele (promotora do MPRJ).

Dr. Tiago diz que ela atuará dentro do seu recorte na promotoria (assistência social), mas que outros promotores naturais também atuarão em seus respectivos recortes, já que este tema da população em situação de rua é visto de forma multisetorial.

Dra. Cristiane retoma a palavra para abordar a questão dos equipamentos públicos de assistência (abrigos, casas de passagem, etc.). Ela relata que uma tentativa de estudo para identificar esses equipamentos revelou a ausência de controle e de informações básicas. A equipe não conseguiu identificar dados, como o número de equipamentos existentes, o número de vagas e a data de criação dos equipamentos.

Dra. Cristiane menciona o fato de que o mapeamento do crescimento dos equipamentos não acompanha o crescimento progressivo da população em situação de rua. Ela informou que,

atualmente, há 22 mil pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, mas não há construção de novos equipamentos.

Ela destacou, ainda, a existência de um orçamento de R\$ 7 milhões destinado à atuação em prol dessa população que sequer foi implementado, ressaltando também a falta de transparência, citando a não publicização dos resultados do censo de 2024 da população em situação de rua.

Dr. Tiago declara estar integralmente de acordo com os pontos levantados pela Dra. Cristiane. Ele concorda que as questões dos equipamentos e do censo são fundamentais e que, sem essas evidências concretas, é impossível avaliar a efetividade e eficiência da política pública. Dr. Tiago afirma que solicitou ao Procurador-Geral a cessão de uma servidora da prefeitura com 18 anos de experiência na área para auxiliar o GT e os promotores, e que a Dra. Marcele está realizando visitas aos equipamentos para fazer uma análise global de questões como recursos humanos, insumos e condições de insalubridade, buscando uma solução para a questão estrutural.

Dra. Valéria pergunta se essa frente de atuação, criada pelos MPs e pelas Defensorias, constitui um grupo permanente

Dra. Cristiane diz que, com o intuito de dialogar sobre o tema da população em situação de rua, foi criado um fórum que se reúne mensalmente a fim de que haja uma união institucional para reduzir os danos que permeiam essa temática, trazendo o poder público, e o gestor público, juntamente com outros atores, para dentro do sistema de justiça com a finalidade de pensar e agir juntos.

Dra. Valéria concorda e coloca o Comitê à disposição para integrar e ajudar no que for necessário.

Dra. Aline Caixeta, com a palavra, reforça que a criação do fórum foi justamente para ter um espaço permanente de diálogo e articulações que proporcionem atuações isoladas e em conjunto dos membros, bem como que a participação de todos os órgãos é muito importante para tal finalidade.

Dra. Valéria, lembrando um encaminhamento da última reunião sobre a validade das certidões, pergunta para Dra. Aline se houve a instauração de um inquérito civil ou outro andamento dessa questão.

Dra. Aline responde que foi feito o despacho e o impulsionamento da ação, mas que ainda está no aguardo de uma medida ou de algum ofício expedido e que enviará no grupo do Comitê assim que tiver em mãos.

Dra. Cristiane relata que, por meio de uma reunião do Ministério da Cidadania e Direitos Humanos, saiu uma informação a respeito das certidões eletrônicas, as quais, após serem baixadas e validadas (prazo de 30 dias para baixar), não haveria mais uma data de validade para a materialização.

Dra. Valéria então, seguindo nos assuntos da pauta, propõe a coleta das impressões, sugestões e críticas construtivas dos participantes da reunião sobre o mutirão PopRuaJud Rio 2025, especialmente a respeito da dinâmica do evento e do fato da diminuição do acesso aos serviços, por parte dos assistidos, ainda que o tamanho do público, no geral, tenha sido grande.

Dra. Cristiane sugere uma ida prévia aos equipamentos públicos para fazer a divulgação do evento, a fim de que haja uma comunicação mais eficaz sobre a gama de serviços oferecidos justamente para o público-alvo.

Dra. Valéria expõe a questão do local onde é realizado o evento (Catedral Metropolitana de São Sebastião, Centro – RJ) e abre uma discussão sobre a permanência do PopRuaJud Rio lá, a qual acaba restringindo, de certa forma, o mutirão para um público específico, mas que também não enxerga a possibilidade de realizar outros eventos desse porte em demais locais em virtude da sua complexidade.

Sra. Fabiana Baraldo diz que, em relação ao número de atendimentos (mais especificamente na área da saúde), houve a impressão de que os profissionais atuaram menos em comparação com os anos anteriores, porém que isso pode ter sido ocasionado por conta da mudança de posição das barracas da saúde, que ficaram mais afastadas da entrada esse ano.

Sra. Fabiana também levanta a questão do horário de atendimento dos assistidos que ficam até tarde da noite, compreendendo que há uma certa demora devido aos procedimentos em si que perpassam por todo o fluxo processual do atendimento, mas que poderia, de alguma forma, ser melhorado.

Dra. Ana Carolina concorda e reconhece que a demora é um fator impactante no atendimento e diz que está sendo gestado um fluxo permanente para atendimento às PSR, com reserva de datas no decorrer do ano para a realização desses atendimentos específicos (perícia, audiência e conciliação) antes ou depois do PopRuaJud.

Dra. Ana também menciona que já houve reuniões com as Defensorias, a Procuradoria do INSS e com setores dentro da Justiça Federal para a realização desse fluxo, estando pendente uma questão no sistema e-Proc acerca da nomeação do perito pela conciliação, bem como os andamentos processuais, mas que acredita que até o ano que vem esse fluxo já esteja consolidado.

Dr. Tiago traz à reflexão, após conversa com a Sra. Fabiana, a possibilidade de realização do mutirão em outros locais que a população em situação de rua se estabelece com certa frequência, como o Campo de Santana e os arredores da Praça da Estácio.

Dra. Ana sugere que, um ou dois meses antes do evento, sejam feitas algumas reuniões com as assistentes sociais para expor e explicar o mutirão a fim de que estas preparem os assistidos com o intuito de um melhorar o fluxo de atendimento.

Dra. Valéria concorda com a sugestão e diz que isso já havia sido pautado em anos anteriores, porém que existe o obstáculo do deslocamento dessas pessoas, ocasionando uma repetição de atendimento para aquelas que frequentam o espaço com mais assiduidade.

Sra. Fabiana diz que acha difícil encontrar, no Centro (RJ), um local com dimensões e estrutura suficiente para atender a demanda do PopRuaJud Rio que não seja a Catedral, apesar de existirem outras possibilidades.

Dra. Valéria diz que a questão do local é algo a se pensar e que o Comitê está aberto para sugestões, ressaltando que o mais importante é a realização do evento em si.

Sra. Cláudia Simões relata que houve a percepção da diminuição da procura pela documentação por parte dos assistidos, destacando que o CIPOP contribuiu para essa queda, uma vez que, a população em situação de rua está tendo um atendimento de rotina neste Centro.

Dra. Valéria levanta a questão das frentes de atuação do Comitê e pede sugestões para a revitalização de grupos que acabaram ficando de lado, citando como exemplos o subgrupo de fluxos, na parte em que trata do acompanhamento das ações de interesse das pessoas em situação de rua, o subgrupo de capacitação dos agentes e o subgrupo de documentação.

Dra. Ana sugere a abertura de um grupo sobre moradia, no qual seriam feitos levantamentos acerca dessa temática, como o “Minha Casa Minha Vida”, um estudo sobre os imóveis públicos para que sejam destinados às pessoas em situação de rua, entre outros, traçando um panorama das políticas habitacionais do Rio de Janeiro, tendo como objetivo inicial a entrega desses estudos para os MPs e as Defensorias e demais órgãos a fim de dar encaminhamento a essas políticas.

Dra. Valéria concorda e propõe que a ideia seja submetida ao Comitê para análise da viabilidade de abertura deste subgrupo.

Dra. Ana sugere que, sobre o subgrupo dos fluxos, sejam colocados os números e os links dos processos relevantes, especialmente as ações coletivas, na página do Comitê para dar visibilidade.

Dra. Cristiane e Dr. Tiago disseram que vão buscar essas informações no âmbito estadual na DPE e no MPRJ, respectivamente.

Dra. Aline informa que foi instaurado o instrumento de investigação (1.30001004335/202569) e como diligência inicial foi expedido um ofício para o INSS questionando a exigência da materialização do documento com autenticação em cartório e potencial prejuízo à obtenção do benefício social por parte da população em situação de rua.

Sem mais considerações, Dra. Valéria agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Próxima reunião: dia 25/11/25, terça-feira, às 16h30.

Encaminhamentos:

- 1 - Acompanhamento regular da ação civil pública 5051906-95.2025.4.02.5101;
- 2 - Expedição de ofícios às prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ, Niterói, Municípios da Baixada) com indagações sobre implementação de políticas de moradia (reserva 3% Minha Casa Minha Vida + destinação imóveis desocupados a PSR);
- 3 - Expedição de ofício à Prefeitura solicitando informações sobre a execução do orçamento da assistência social;
- 4 - Expedição do ofício para a Secretaria de Assistência Social do Estado indagando sobre as providências que vêm sendo tomadas para a criação do CIAMP;
- 5 - Revitalização do subgrupo de documentação;
- 6 - Criação de novo subgrupo no eixo moradia;
- 7 - Expedição do ofício para a SEOP solicitando a indicação de representante e a apresentação na próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA CALDI MAGALHAES, Presidente de Comissão**, em 16/10/2025, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1301046** e o código CRC **7D60BE9E**.